

Brasil e comitê de bancos assinam acordo sobre US\$ 7 bilhões em juros atrasados

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

O governo brasileiro e o comitê assessor de bancos para o País assinaram ontem em Toronto, no Canadá, o "Bond Exchange Agreement" (BEA), ou acordo de troca de bônus referentes a cerca de US\$ 7 bilhões em juros atrasados de 1989/90. O vice-presidente do conselho do Citibank, William Rhodes, confirmou as assinaturas no final da tarde de ontem.

"O lançamento formal desses bônus acontecerá quando bancos que controlam 95% da dívida brasileira previamente reestruturada assinem os documentos cobrindo o acordo de juros atrasados de 1989/90", diz a nota assinada ontem à tarde em Toronto pelo porta-voz do comitê, John Anderson, um vice-presidente do Citibank. É o acerto da moratória não declarada que durou o final do governo Sarney ao início do atual.

O chefe da equipe de negociação da dívida externa do Brasil, Pedro Malan, participou da cerimônia, mas embarcou de volta para Nova York no final da tarde de ontem para continuar a discussão da minuta do Plano Brady com o comitê. O acordo assinado ontem fora negociado por seu

Emissão no prazo de 40 dias

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Os bônus do acordo dos juros atrasados, acertados em princípio com os bancos credores privados em abril de 1991, serão emitidos pelo Tesouro Nacional no prazo de até quarenta dias depois da assinatura do acordo que envolveu aqueles papéis, ocorrida ontem, em Toronto, no Canadá.

A República Federativa do Brasil assinará o acordo em nome do País e a cidade de Toronto foi escolhida como forma de cumprir com a exigência da cláusula de arbitragem da Resolução 58 do Senado Federal. Se fosse assinado em Nova York, o acor-

do ficaria sujeito àquela corte judicial. Os bônus serão emitidos com data retroativa a 1º de janeiro de 1991, conforme ficou acertado pelo então negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster. O papel pagará juros semestrais.

Portanto, tão logo haja a substituição dos lucros devidos não pagos até dezembro de 1990 (envolvendo cerca de US\$ 6 bilhões) por aqueles bônus na "exchange-date" (data da troca), o País estará desembolsando algo em torno de US\$ 900 milhões, relativos às parcelas de juros já vencidas dos "Jório's bonds" (os bônus do Jório), como ficaram conhecidos os papéis no mercado internacional.

antecessor, embaixador Jório Dauster, no primeiro trimestre de 1991, e aprovado pelo Senado Federal em junho do ano passado.

Seus termos incluíam o pagamento de 25% dos juros devidos em dinheiro, até o limite de US\$ 2 bilhões, e a transformação dos 75% restantes num bônus que vence a 1º de janeiro de 2001. A taxa de juros é

variável, sendo de 7,8125% fixos no primeiro ano, de 8,375% fixos no segundo ano, de 8,75% fixos no terceiro ano e passa a ser uma anualização da Libor (a taxa do interbancário de Londres) mensal mais 0,8125% do quarto ao décimo ano.

O contrato também prevê amortizações do principal, na proporção de desembolsos semianuais de

1% da dívida do primeiro ao terceiro pagamento, de 2% do quarto ao sexto pagamentos, de 4% no sétimo pagamentos, de 8,5% do oitavo ao décimo pagamentos e de 12,3% do décimo primeiro ao décimo quinto pagamentos. Isso significa que a vida média desse título é na realidade de 6,18 anos.

Existe uma segunda opção para esse bônus, que tem o título geral de Idu, sigla em inglês para "juros devidos e não pagos". Nella, o País paga a Libor de seis meses mais 0,8125% ao ano. Durante os cinco primeiros anos, porém, o papel assegura um pagamento mínimo (piso) de 6% de juros, mas tem um teto de 7,2% no primeiro ano, de 7,7% no segundo e de 8,2% do terceiro ao quinto anos. Poucos bancos parecem interessados nessa opção. Cada bônus terá a denominação mínima de US\$ 250 mil.

Seu lançamento está preso a cinco condicionantes, das quais a mais importante, o anúncio do acordo sobre o total da dívida, já foi atendida. As outras são a suspensão de cláusulas do acordo de 1988, o pagamento em dinheiro pelo Brasil, a conclusão dos procedimentos legais e a reconciliação dos ativos pelo Citibank.